

Ex.mas/os Senhoras/es Deputadas/os da Comissão de Educação e Ciência da Assembleia da República,

Ex.mas/os Senhoras/es Representantes dos Grupos Parlamentares,

Após o interesse demonstrado no contributo que tivemos oportunidade de dar esta tarde na Audição sobre Políticas de Juventude, vimos colocar por escrito o motivo da nossa intervenção.

A rede ex aequo - associação de jovens lésbicas, gays, bissexuais, transgéneros e simpatizantes existe desde 2003. Tem como principal objectivo dar apoio a jovens com dificuldades ou dúvidas associadas à sua identidade de género ou orientação sexual, bem como sensibilizar a juventude e a população em geral para a importância da igualdade nestes campos.

O que temos observado no nosso trabalho de terreno é que, dentro da população jovem, a juventude lésbica, gay, bissexual e transgénera tem riscos particularmente elevados de depressão, baixa auto-estima, abuso de substâncias, auto-mutilação, ideação e tentativa de suicídio, em grande medida devido ao preconceito com que é confrontada no quotidiano. Caso não estejam familiarizados com esta temática, recomendamos vivamente a leitura do relatório do nosso Observatório de Educação LGBT de 2008 (em anexo).

Em especial, estes jovens passam por incontáveis situações de discriminação tais como insultos, agressões, exclusão ou perseguição sem receber das políticas de juventude um sinal claro de que merecem protecção. Acreditamos que faltam políticas activas de concretização do princípio de igualdade expresso no Art. 13º da Constituição, que inclui desde 2004 a orientação sexual. Infelizmente, as questões práticas de protecção às vítimas de discriminação ainda são muitas vezes entendidas como questões políticas ou ideológicas, sobre as quais as entidades públicas podem escolher agir ou não agir.

A título de exemplo, damos conhecimento do que se passou num dos projectos que temos de momento em curso: o [Projecto Inclusão](#).

Este projecto arrancou em 2009 e tem como objectivo combater o bullying homofóbico e transfóbico em meios escolares e juvenis. É a primeira campanha desta natureza a acontecer em Portugal, e inspira-se em grande medida em iniciativas semelhantes desenvolvidas noutros países, por organizações com quem partilhamos experiências e boas práticas. Consiste em três acções simultâneas:

- Produção de cartazes contra o bullying homofóbico e transfóbico a ser distribuídos em escolas e outros estabelecimentos educativos, acompanhados de material informativo sobre orientação sexual e identidade de género (ver cartazes e brochura informativa em anexo);
- Organização regular de acções de formação sobre identidade de género e orientação sexual dirigidas a professores e outros profissionais que trabalham

com jovens.

- Realização de um estudo sobre o bullying homofóbico e transfóbico em meio escolar, conduzido por uma equipa de investigadores do ISCTE-IUL e assente na aplicação de um questionário a nível nacional.

Este projecto é financiado desde a sua origem pela CIG - Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género / Programa EEA Grants.

Um dos passos fundamentais do projecto consistia no estabelecimento de uma colaboração com o Ministério da Educação no que diz respeito à aprovação dos materiais da campanha (cartazes e questionário a ser aplicado nas escolas) e no apoio à sua divulgação junto de escolas e outros organismos. Após repetidos contactos com o Ministério da Educação através de email, telefone e reunião presencial, foi-nos comunicado que nenhum apoio poderia ser dado pois - foi esta a justificação apresentada - compete ao Ministério da Educação ser neutro em assuntos que possam ser considerados ideológicos; isto é, por mais que apreciem o mérito do nosso projecto, não se consideram no direito de tomar uma posição nesta temática. Aconselharam-nos a contactar cada escola individualmente a fim de inquiri-la sobre o seu eventual interesse em participar na campanha. Não obtivemos até hoje uma resposta definitiva do Ministério sobre o questionário, que continua pendente de aprovação central para poder ser aplicado nas escolas.

Com efeito, na ausência de qualquer tipo de apoio ministerial, o que temos feito é abordar as escolas directa e individualmente, contando com o empenho dos nossos voluntários. Em algumas escolas, a receptividade tem sido boa. Noutras, não; já encontramos escolas onde os materiais não foram aceites pois o órgão decisório considerou que se trata não de uma campanha contra a discriminação, mas sim de uma campanha de promoção da homossexualidade (sic). Acreditamos que o apoio do Ministério da Educação teria ampliado de forma determinante a legitimidade, a força e o alcance deste projecto, sobretudo no processo de contacto com as escolas.

Ficamos ao dispor para qualquer esclarecimento adicional e agradecemos desde já a atenção por este assunto, que consideramos de grande importância para o bem-estar de milhares de jovens no nosso país.

Com os melhores cumprimentos,

Manuel Abrantes
Pela Direcção da rede ex aequo